



Redes de economia solidária: estratégias para a captação de recursos

Solidarity economy networks: strategies for fundraising

Redes de economía solidaria: estrategias para la recaudación de fondos

Luís Felipe Ferro – Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil |
luisfelipeferro@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-8935-104X>

Caique Lima Sette Franzoloso – Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil |
caiquefranzoloso@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-7272-791X>

Jhenifer Geisa Burnagui – Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil |
jhenifergb@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-5041-9809>

Resumo: A política brasileira de Saúde Mental tem como um de seus objetivos promover, por meio do trabalho, a inclusão social de pessoas com transtorno mental. A Economia Solidária, em paralelo, é uma proposta de organização do trabalho pautada na solidariedade, autogestão e preocupação com o ser humano. Em confluência, empreendimentos e redes vinculadas à Saúde Mental vêm sendo erigidos, com base nesses ideais. Este artigo descreve estratégias desenvolvidas por uma destas redes, tendo como recorte a captação de recursos. A pesquisa qualitativa foi estruturada pelo método da pesquisa-ação, sistematizando informações de ações da rede por meio do diário de campo. Como resultados, são apresentadas estratégias para captação de recursos, humanos e financeiros, ressaltando potências próprias às Redes de Economia Solidária.

Palavras-chave: Política pública. Economia solidária. Saúde mental.

Abstract: The Brazilian Mental Health policy aims at the inclusion of its target population through work. The Solidarity Economy, in turn, is a proposal for work organization based on solidarity, self-management and concern for human beings. Enterprises and networks related to Mental Health have been created based on a confluence of these ideals. This article aims to describe the strategies developed by one of these networks, with a more specific focus on fundraising. The research took a qualitative approach and was structured through the action research method. Information from meetings and network actions were systematized through the field diary. As a result, strategies for attracting human or financial resources are presented, highlighting the strengths of the Solidarity Economy Networks.

Key words: Public policy. Solidarity economy. Mental health.

Resumen: La política brasileña de salud mental objetiva a la inclusión de sus destinatarios mediante el trabajo. La Economía Solidaria, a su vez, propone una organización del trabajo basada en la solidaridad, la autogestión y la preocupación por la humanidad. Recientemente han surgido empresas y redes vinculadas a la salud mental, inspiradas en estos ideales. Este artículo pretende describir las estrategias desarrolladas por una de estas redes, enfocando, específicamente, la recaudación de fondos. Usando un abordaje cualitativo, se empleó el método de investigación-acción. La información sobre las acciones de la red se sistematizó a través del diario de campo. Como resultado, se presentan estrategias para la recaudación de fondos, humanos o financieros, destacando las fortalezas de las Redes de Economía Solidaria.

Palabras clave: Política pública. Economía solidaria. Salud mental.

• Recebido em 30 jun. de 2020 • Aprovado em 30 jul. de 2020 • e-issn: 2177-5788
DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2020v46n2p469-495>

Copyright © 2020. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internacional da Creative Commons – CC BY-NC-SA – Atribuição Não Comercial – Permite distribuição e reprodução, desde que atribuam os devidos créditos à publicação, ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.



1 Introdução

Em contexto brasileiro, segundo Amarante e Nunes (2018) e Scarcelli (1998), a década de 1970 foi palco de mobilizações sociais diversas que passaram a desferir críticas contra o modelo manicomial de atenção em Saúde Mental. Mesmo com seus avanços e retrocessos, Brasil (2011; 2017a), Macedo et al. (2017) e Quinderé, Jorge e Franco (2014) reforçam que tais questionamentos vêm proporcionando, paulatinamente, a construção de políticas públicas em Saúde Mental voltadas a estruturar propostas de cuidado comunitário.

Desta forma, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), atual política pública nacional da Saúde Mental, prevê pontos de atenção diversos que, ao menos em seu desenho institucional, propõem aliança indissociável entre práticas de cuidado e inclusão social. Azevedo e Dimenstein (2008), Brasil (2005; 2011; 2017a), Campos et al. (2015), Ferro (2015), Ferro et al. (2018) e Santiago e Yasui (2015) reiteram que os Centros de Atenção Psicossocial, em suas diferentes modalidades, Consultórios na Rua, Centros de Convivência, Unidades de Acolhimento, são alguns destes pontos que, aliados a propostas terapêuticas voltadas a promover cuidado comunitário, como acompanhamentos terapêuticos, grupos de convivência, de geração de trabalho e renda, de gestão autônoma da medicação, de cidadania etc., vêm proporcionando substrato aos ideais da Reabilitação Psicossocial.

A RAPS, ainda, é sensível a uma problemática bastante presente na vida cotidiana de variadas pessoas atendidas por seus pontos de atenção, as dificuldades para a inclusão social pelo trabalho. Afirma como um de seus objetivos específicos:

IV - promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária (BRASIL, 2017a).



Enquanto suporte às ações programáticas, a RAPS apresenta como um de seus componentes as Estratégias de Reabilitação Psicossocial, as quais apregoam o investimento de seus profissionais na consolidação de “iniciativas de trabalho e geração de renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais”, inclusive prevendo apoio financeiro, conforme Brasil (2012, 2017a). Segundo Campos et al. (2015); Ferro, Cardoso e Loureiro (2015) e Santiago, Yasui (2015), tal configuração estrutural, embora com variadas carências, aliada às demandas dos usuários cotidianamente vivenciadas nos pontos da RAPS, vêm propulsionando iniciativas de inclusão pelo trabalho em diferentes localidades.

Neste contexto, Brasil (2005) demonstra que os laços entre os campos da Saúde Mental e da Economia Solidária vêm sendo estreitados. Neste sentido, a Economia Solidária, conceituada por Barreto, Lopes e Paula (2014) e Singer (2002) como uma proposta de organização societária do trabalho pautada em princípios como autogestão, democracia, preocupação com a comunidade e estruturada por meio de empresas recuperadas, cooperativas, associações e grupos informais, vem proporcionando terreno teórico-prático para a proliferação de diferentes iniciativas que procuram pragmatizar os objetivos de inclusão pelo trabalho, conforme previstos pela RAPS

O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica (SCHIOCHET, 2009, p.55).

Contudo, fragilidades variadas deste campo de confluência são apontadas por diferentes autores e vivenciadas cotidianamente nas iniciativas. Andrade et al. (2013); Barreto, Lopes e Paula (2014); Costa (2013) e Ferro, Cardoso e Loureiro (2015) afirmam que as dificuldades



se apresentam de maneira generalizada em toda a cadeia produtiva dos empreendimentos, perpassando a carência de insumos, de equipamentos e espaços para a produção e comercialização, até a falta de capacitação de seus trabalhadores, tanto para o desenvolvimento da atividade produtiva, como para a condução gerencial do empreendimento. Tais dificuldades, contudo, segundo Alves e Bursztyn (2009); Alves e Meireles (2013); Dal Magro e Coutinho (2008) e Rufino (2003) vêm sendo enfrentadas de maneira criativa a partir da congregação de diferentes pessoas, representantes ou não de instituições, e trabalhadores dos empreendimentos em redes de Economia Solidária, voltadas a um objetivo comum: fortalecer a Economia Solidária e suas iniciativas.

Formalizadas juridicamente ou não, as redes de Economia Solidária são compostas por múltiplas instituições e atores sociais ligados aos mais diversos segmentos da sociedade. A partir da pluralidade de seu desenho organizacional, próprio a cada experiência locorregional, Alcântara (2003) sublinha que as redes possibilitam a prática mútua da cooperação, a constituição de cadeias produtivas e o desenvolvimento de variadas ações compartilhadas entre seus membros, fortalecendo, desta forma, os empreendimentos solidários.

A partir deste contexto, em novembro de 2016, a realização da oficina “Economia Solidária e Saúde Mental: Inclusão pelo trabalho”, promovida pela parceria entre o departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná, a Trilhas Incubadora Social Marista, e a Diretoria de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba, possibilitou o encontro de diferentes pessoas e instituições, as quais encontraram como denominador comum a importância da configuração de uma rede regional que pudesse mobilizar ações para o fortalecimento da interface entre os campos da Economia Solidária e da Saúde Mental.



Desde então, membros de variadas instituições vêm debruçando esforços para a configuração da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana, com a criação, em 2017, da LIBERSOL. A LIBERSOL (2019) é espaço de articulação apartidário que congrega instituições e pessoas interessadas em promover ações para fortalecer os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, buscando, ainda, contribuir com empreendimentos econômicos solidários da região.

A partir deste enquadre, foi elaborado o projeto de pesquisa “Redes de Economia Solidária: potencialidades, barreiras e estratégias”, o qual intenciona contribuir para o estudo das Redes de Economia Solidária, ressaltando algumas de suas potências e barreiras para o desenvolvimento locorregional de empreendimentos solidários. No recorte aqui proposto, pretende-se alcançar aprofundamento a respeito da contribuição destas redes para a captação recursos, explicitando algumas das estratégias adotadas pela LIBERSOL para o fortalecimento de seus empreendimentos solidários e resgatando, em paralelo, a importância da Universidade como agente ímpar na constituição, mobilização e assessoria de redes locorregionais de Economia Solidária.

2 Métodos

De abordagem qualitativa, a pesquisa¹ se estruturou pelo método da pesquisa-ação. Segundo Dionne e Thiollent (2007), a pesquisa-ação é um método que, em crítica à neutralidade do pesquisador, propõe sua integração com o fenômeno pesquisado e afirma sua contribuição como um dos agentes para a composição de ações voltadas à transformação de determinada realidade.

¹ O projeto de pesquisa “Redes de Economia Solidária: potencialidades, barreiras e estratégias” foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, sob o número 05574918.7.0000.0102.



A pesquisa-ação procura proporcionar possibilidades criativas de resolução de problemas de coletivos e a transformação de situações concretas. Neste tipo de pesquisa, pesquisadores e participantes se engajam conjuntamente em situações e, de modo cooperativo e participativo, organizam ações voltadas a enfrentar as problemáticas encontradas. Desta forma, o foco da análise na pesquisa-ação passa a ser tanto o fenômeno a ser estudado, como as ações realizadas e sua repercussão, afirmando a inseparabilidade entre o objeto da pesquisa e sua situação histórico-social.

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação (TRIPP, 2005, p.445-6).

A pesquisa-ação, ainda, remete tanto pesquisadores como participantes da pesquisa a um circuito reflexivo em espiral, que integra pensamentos e ações.

Uma das razões para não se colocar a reflexão como uma fase distinta no ciclo da investigação-ação é que ela deve ocorrer durante todo o ciclo. O processo começa com reflexão sobre a prática comum a fim de identificar o que melhorar. A reflexão também é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento, e o ciclo termina com uma reflexão sobre o que sucedeu. Isso se perde quando o processo é reduzido a "planeje, faça, reflita"... (TRIPP, 2005, p. 454).

Na pesquisa em tela, anotações a respeito das reuniões da LIBERSOL, das ações desenvolvidas, assim como sua repercussão, uniram-se às anotações das reflexões dos pesquisadores e foram sistematizadas por meio da técnica do diário de campo. A apresentação dos dados e sua análise contemplarão o período da inauguração da



LIBERSOL até março de 2020. Os dados foram analisados e categorizados em núcleos temáticos.

O recorte aqui proposto pretende abordar com maior foco as estratégias realizadas para a captação de recursos, sejam humanos ou financeiros, voltados à implementação, manutenção e desenvolvimento de Redes Locorregionais de Economia Solidária e Saúde Mental, voltadas a fortalecer seus empreendimentos e, com eles, a inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento mental.

3 Breve histórico da LIBERSOL e estratégias para formação e fortalecimento da rede

Alves e Meireles (2013); França Filho e Cunha (2014) e Rufino (2003) apontam a importância da mobilização de redes locais e da interligação destas redes para fortalecer a Economia Solidária e seus empreendimentos.

Uma rede de Economia Solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza: permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em particular; e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à capacidade de promoção do seu próprio processo de desenvolvimento (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2014, p.728-9).

A configuração de redes, contudo, exige estratégias e compromissos programáticos, destinados a alcançar tais objetivos.

No caso da LIBERSOL, a Universidade Federal do Paraná, em parceria com a Diretoria de Saúde Mental de Curitiba e a Trilhas Incubadora Social Marista, vinculada a até então Rede Marista de Solidariedade, reuniram esforços para promover uma agenda de capacitação voltada aos profissionais da rede de Saúde Mental de Curitiba e região metropolitana. A capacitação tomou lugar no final de



2016, acolhendo profissionais de variados pontos da rede pública de Curitiba e região metropolitana.

Tendo como temas a Economia Solidária, seus ideais e estruturas organizacionais, e sua confluência com as propostas do campo da Saúde Mental, o curso teve, também, uma agenda para ressaltar a importância da configuração de redes locais de Economia Solidária para fortalecer os empreendimentos. O êxito do curso proporcionou a mobilização de seus participantes para abrir uma agenda futura, o que levou a encontros sistemáticos compostos por parte dos presentes nesta ação formativa já em janeiro de 2017 (DIÁRIO DE CAMPO, janeiro, 2017).

Este coletivo no início de suas atividades pôde captar recursos, tanto humanos como financeiros, advindos de instituições de diversas naturezas, para mobilizar o evento científico III Jornada de Saúde Mental e Economia Solidária, realizado em maio de 2017. O evento teve como proposta discutir amplamente com vários profissionais, gestores e estudantes, advindos de diferentes setores, a importância de redes locais de Economia Solidária e proporcionou, ao seu término, a inauguração oficial da LIBERSOL (DIÁRIO DE CAMPO, maio, 2017).

Esta estratégia se afirmou eficaz para agregar novas pessoas ao coletivo LIBERSOL, o qual evidenciou expressivo aumento nos meses que se seguiram ao evento (DIÁRIO DE CAMPO, junho, 2017; julho, 2017; agosto, 2017). Para além de mobilizar forças locais, o evento possibilitou a vinculação do coletivo com outras iniciativas brasileiras, em específico com alguns atores, palestrantes do evento, com proximidade profissional com a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo (DIÁRIO DE CAMPO, maio, 2017).

A partir desta ponte orgânica, construída por meio da estratégia de realização do evento, uma relação pôde ser iniciada, culminando na participação da rede LIBERSOL no projeto "Consolidação da Rede de



Saúde Mental e Economia Solidária: operacionalização da Base de Assessoramento e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Rede – Consolidação da Rede”, enviado pelo Instituto Redes de São Paulo como resposta ao edital 001/2017 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O projeto, aprovado, pôde prover estrutura para o fortalecimento de diferentes redes locais em três estados, inclusive a rede LIBERSOL, captando recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de várias ações.

Lima (2016), Schiochet (2009) e Singer (2009) ressaltam a importância da edificação de políticas públicas destinadas a fortalecer redes de Economia Solidária. O edital em tela destinou recursos públicos mobilizados pela SENAES para garantir o “Fomento e Fortalecimento de Redes de Cooperação constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas visando ao adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários”.

Em contexto atual (2020), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), já rebaixada à categoria de subsecretaria no governo Temer, perdeu seu status de secretaria e foi transformada em um departamento, alocado dentro do Ministério da Cidadania, na Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana (SENISP). Por enquanto nenhuma outra chamada para projetos vinculados à Economia Solidária foi realizada pelo atual departamento.

Sublinha-se aqui a importância do processo do projeto de lei da câmara dos deputados n. 137/17, apresentado pelo deputado federal Paulo Teixeira de São Paulo, que procura regulamentar a política nacional de Economia Solidária, a qual, por certo, proverá diferentes possibilidades de fomento e prosperidade aos empreendimentos, segundo Brasil (2017b). No contexto das atuações da LIBERSOL, próprio ao escopo deste trabalho, a lei estadual n. 19.784/18 e as leis



municipais n. 1.591/10 e n. 14.786/16, respectivamente dos municípios de São José dos Pinhais e de Curitiba, foram aprovadas, prevendo apoio diverso para o desenvolvimento dos empreendimentos e de redes solidárias.

Em movimento paralelo, cabe ressaltar a potência da pluralidade dos componentes da rede LIBERSOL. Já em seu início, recursos humanos advindos da Universidade Federal do Paraná organizaram seus esforços de maneira a mobilizar parcerias com outros docentes e técnicos para que ações de ensino, pesquisa e extensão pudessem ser integradas à LIBERSOL. Desta forma, foram configurados: projetos de pesquisa e extensão, possibilitando a inserção de bolsistas e voluntários (DIÁRIO DE CAMPO, julho, 2017; outubro 2017; julho 2018; fevereiro, 2020); estágios nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Curitiba, supervisionados por diferentes docentes do departamento de Terapia Ocupacional, com ações de suporte à LIBERSOL, fortalecendo e assessorando, desta forma, diferentes empreendimentos solidários (DIÁRIO DE CAMPO, março, 2017; agosto, 2017; abril, 2018); ações nas disciplinas do curso de Terapia Ocupacional que tangenciam o tema da Economia Solidária, pautadas em metodologias ativas, de maneira a fortalecer as ações da LIBERSOL (DIÁRIO DE CAMPO, setembro, 2019); cursos e eventos sobre o tema para a rede pública, promovidos em parceria com diferentes instituições (DIÁRIO DE CAMPO, agosto, 2017; maio, 2018; outubro, 2018; abril, 2019; maio, 2019; setembro, 2019).

Ainda, recursos humanos advindos da Trilhas Incubadora Social Marista destinaram esforços para a participação nas ações da LIBERSOL, prestando assessoria para fortalecer diferentes empreendimentos da rede (DIÁRIO DE CAMPO, fevereiro, 2017; março, 2018).

Durante todo o ano de 2017 e 2018, foram articuladas por membros da LIBERSOL, trabalhadores dos empreendimentos solidários



e profissionais da saúde, rodas de conversa e sensibilizações sobre a Economia Solidária em praticamente todos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Curitiba e em alguns dos CAPS de municípios vizinhos. Tal estratégia foi afirmando paulatinamente sua contribuição e, sistematicamente, ampliou a participação de pessoas e instituições nos encontros da LIBERSOL, proporcionando suporte a diferentes de seus empreendimentos e ações.

4 Feiras de Economia Solidária e a LIBERSOL: estratégias e potências

Um divisor de águas para a ampliação da participação popular na LIBERSOL foram as ações da rede para promover a comercialização de produtos e serviços.

A partir de junho de 2018, a LIBERSOL passou a organizar mostras e feiras de Economia Solidária no município de Curitiba (DIÁRIO DE CAMPO, junho, 2018). Em 2019, a LIBERSOL conseguiu recursos para a aquisição de barracas que puderam acolher diferentes empreendimentos em suas feiras, proporcionando estrutura para a comercialização de seus produtos e serviços (DIÁRIO DE CAMPO, fevereiro, 2019; março, 2019; abril, 2019). O apoio da LIBERSOL à comercialização por meio das feiras passou, dessa forma, a mobilizar interesses de diferentes atores, trabalhadores de empreendimentos solidários, profissionais, estudantes etc., em ocupar tais espaços.

Enquanto estratégia para o alinhamento das ações da rede, a participação nas feiras promovidas pela LIBERSOL ficou condicionada à participação dos interessados em suas reuniões, com presença de, ao mínimo, um trabalhador de cada empreendimento. As feiras, desta forma, conseguiram mobilizar interesses concretos de geração de trabalho e renda, tornando-se uma das forças motrizes para o crescimento da rede.



No primeiro semestre de 2019, a meta conquistada da LIBERSOL foi a realização de feiras mensais, tornando-se quinzenal em dois de seus meses. No primeiro semestre de 2020, a partir de março, as feiras já estavam organizadas para ter realização semanal, sendo, contudo, desarticuladas pelo momento da pandemia da COVID-19 (DIÁRIO DE CAMPO, março, 2020).

Cabe ressaltar uma estratégia importante que a LIBERSOL pôde desenvolver. Embora a rede tenha como seu foco o apoio a empreendimentos que incluam pessoas em sofrimento mental, a LIBERSOL congrega também demais empreendimentos pautados nos ideais da Economia Solidária – e tal composição tem potências singulares. A configuração mista da LIBERSOL, para além de propiciar inclusão social e convivência dispersa para as pessoas vinculadas aos serviços de Saúde Mental, possibilita compartilhamentos entre empreendimentos iniciantes, e ainda frágeis, e empreendimentos mais fortalecidos, com longo histórico na participação de feiras e ações da Economia Solidária.

Tal miscelânea vem sendo gradualmente orquestrada para fortalecer mutuamente os empreendimentos. As feiras da LIBERSOL, desta forma, são organizadas para que em cada uma de suas barracas, por exemplo, participem um empreendimento mais fortalecido e um com menos experiência. Assim, a partir da captação e articulação de recursos humanos próprios ao interesse de participação nas feiras, organizadas pela LIBERSOL, algumas ações de capacitação mútua passam a compor cotidiano pragmático nas feiras.

Fenomenicamente, empreendimentos solidários mais sólidos, com produtores/vendedores experientes, partilham seu conhecimento aplicado à realidade das feiras, sobre técnicas de venda, sobre a montagem das barracas, exposição dos produtos, precificação etc. com pessoas vinculadas a empreendimentos ainda frágeis. Equipamentos diversos, como máquinas de cartão, bancos, pontos de luz,



ventiladores etc. assim como a operação destes equipamentos, vem sendo compartilhados de forma solidária. Tal estratégia vem fortalecendo de maneira potente e aplicada os diferentes empreendimentos, tornando-se uma forma de captação e organização dos recursos já existentes na realidade da LIBERSOL.

Ainda, esta composição plural, que conta com empreendimentos solidários sem relação com pontos de atenção à Saúde Mental e empreendimentos geridos e incubados por pontos da RAPS, torna as feiras e ações da LIBERSOL extremamente potentes e com alto grau de autonomia. Os feirantes organizam as feiras, sua divulgação, montagem e exposição dos produtos/serviços de forma bastante autônoma. Os membros com mais experiência, ainda, destinaram seus esforços para promover, durante as feiras, algumas oficinas formativas sobre ECOSOL, técnicas de vendas ou de produção, destinadas a seus frequentadores e/ou membros dos demais empreendimentos (DIÁRIO DE CAMPO, 2019; 2020).

Programações culturais também vêm compondo cenário nas feiras (DIÁRIO DE CAMPO, 2019; 2020). A LIBERSOL, a partir da interlocução entre agentes diversos, vem conseguindo mobilizar artistas locais para participar das feiras, ampliando a agenda cultural do município, a participação popular na iniciativa e a convivência comunitária. Enquanto *lócus* de encontro, ainda, as feiras da LIBERSOL vêm possibilitando congregação de iniciativas culturais promovidas e organizadas por pontos da RAPS, antes restritas aos espaços de Saúde Mental, para propor inclusão comunitária a partir da convivência plural e diversa. As feiras também puderam fomentar em alguns momentos a participação de músicos no evento, por meio de doações de recurso financeiro e/ou de produtos, advindas dos empreendimentos, realização de rifa ou doações do público durante as feiras.



Várias das feiras também foram realizadas em conjunto com eventos promovidos por diferentes docentes da UFPR (DIÁRIO DE CAMPO, junho, 2018; outubro, 2018; abril, 2019; maio, 2019; julho, 2019; agosto, 2019; outubro, 2019), tais como cursos, congressos, semanas acadêmicas e etc., permitindo tanto a abordagem do tema da Economia Solidária em sua confluência com a Saúde Mental, como a vivência prática, proporcionada a todos os participantes destas ações formativas, de uma possibilidade concreta de inclusão social pelo trabalho solidário. Esta estratégia, ainda, pôde aumentar gradualmente o número dos participantes da LIBERSOL, advindos destas ações formativas.

As estratégias de captação de recursos humanos para a participação na LIBERSOL, potencializados pela organização de espaços de comercialização, vêm possibilitando o direcionamento desta força para compor momentos plurais e potentes de capacitação e apoio mútuo para o crescimento da rede.

5 Sistematização do levantamento das necessidades dos empreendimentos da rede e possibilidades de captação de recursos

A LIBERSOL tem como um de seus eixos de trabalho a organização de ações que possibilitem a captação de recursos, humanos e financeiros, voltados a responder as demandas dos empreendimentos da rede. Contudo, a partir de seu crescimento, atualmente composta por cerca de 30 empreendimentos, os quais congregam aproximadamente 200 pessoas, uma problemática já no ponto de partida para esta empreitada convocou seus membros a elaborar ferramentas que pudessem apreender as necessidades dos empreendimentos.

Desta forma, ações extensionistas da Universidade Federal do Paraná puderam organizar seus esforços para realizar o levantamento



de diferentes necessidades, tanto de maquinários, infraestrutura, possibilidades de comercialização, capacitações etc. advindas dos empreendimentos (DIÁRIO DE CAMPO, julho, 2019). Tais ferramentas, compostas de maneira online e impressa, respondendo à linguagem de maior proximidade dos trabalhadores dos empreendimentos, puderam assim sistematizar essas necessidades e informações.

A partir deste levantamento, vários projetos vêm sendo edificados e encaminhados para entidades de fomento e a rede aqui se afirma continuamente como um espaço de potências plurais.

O trabalho em rede, com o intercâmbio solidário e a geração de cadeias produtivas complementares, parece ser o caminho mais indicado e promissor para o fortalecimento e viabilidade do modelo proposto pela Economia Solidária. Isoladamente os empreendimentos solidários dificilmente conseguem se colocar no cenário capitalista. Além disso, para que a proposta de mudanças socioeconômica pautadas pela Economia Solidária aconteça de forma mais ampla tem-se na construção de redes a possibilidade de potencializar as ações já existentes, unir as ações isoladas realizadas pelos empreendimentos (MARTINS; OLIANI; RIFFEL, 2017, p.53).

A congregação de representantes de instituições diversas do poder público executivo (Universidade, CAPS, Assistência Social etc.); do poder legislativo; de associações e cooperativas, puderam estabelecer a multiplicidade necessária para encaminhar projetos a entidades de fomento de diferentes naturezas, algumas delas com recursos reservados ao terceiro setor, outras às Universidades, etc.

Neste percurso, ainda, pudemos evidenciar a fragilidade do movimento associativista vinculado ao campo da Saúde Mental em Curitiba e Região Metropolitana e a LIBERSOL pôde discutir e empreender estratégias voltadas a fortalecer algumas instituições. Por meio de sua potência, sites institucionais, páginas de Facebook e projetos diversos puderam ser estruturados de forma gratuita para estas instituições, devido à articulação das forças presentes na rede (DIÁRIO DE CAMPO, 2017; 2018; 2019; 2020).



Atualmente, ainda, recursos humanos da Universidade Federal do Paraná e de outras instituições vinculadas à LIBERSOL vêm promovendo ações para dar suporte à captação de recursos para associações da rede cuja finalidade é promover a inclusão pelo trabalho de populações em vulnerabilidade social. As ações vêm sendo desenvolvidas com o intuito de ampliar a captação de recursos por meio de doações de imposto de renda, nota fiscal², de equipamentos apreendidos pela receita federal, *crowdfunding* etc., contando também com a escrita e encaminhamento de projetos para diferentes instituições de fomento.

Neste sentido, tanto eventos formativos sobre captação de recursos, como a articulação e trabalho de profissionais vinculados aos Centros de Atenção Psicossocial, à Universidade Federal do Paraná e às associações vêm sendo fundamental para o desenvolvimento e especialização destas ações.

Outra direção das ações da LIBERSOL é a elaboração de projetos para captação de recursos por meio de emendas parlamentares. A emenda parlamentar é uma forma de emenda ao projeto de lei orçamentária (nacional, estadual e municipal) onde os parlamentares destinam recursos financeiros para subsidiar programas e projetos que acreditam serem de relevância para a sociedade. Além disso, Baptista et al. (2012) e Pereira e Mueller (2002) ressaltam que as emendas constituem uma forma do poder legislativo participar de maneira mais efetiva da distribuição de recursos públicos.

Para tanto, haja vista o crescente número de pessoas vinculadas à LIBERSOL, variadas ações de construção de conhecimento sobre o tema vêm sendo necessariamente erigidas, contando tanto com a inserção de pautas em reuniões da LIBERSOL, com explicitações sobre as emendas parlamentares e seu funcionamento, como com conversas

² O Estado do Paraná possui o programa Nota Paraná, o qual possibilita o destino de parte da arrecadação com notas fiscais para determinadas instituições do terceiro setor.



e reuniões sistemáticas com vereadores e deputados, construídas e vivenciadas de maneira conjunta entre membros da LIBERSOL. Paulatinamente, tais ações vêm possibilitando ampliar o número de participantes que articulam tais estratégias.

Apesar de ainda incipiente e com grande potencial de ampliação, tais ações possibilitaram o destino de recursos advindos de emendas parlamentares, em 2020, diretamente ao Programa Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais, vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do município.

Até mesmo as feiras promovidas pela LIBERSOL vêm se tornando potentes vitrines do trabalho do coletivo que, para além de propulsionar a venda dos produtos e serviços dos empreendimentos solidários, de proporcionar possibilidades de convivência diversa e programações culturais, estabelecem espaço para receber potenciais parceiros para apoio ao projeto (DIÁRIO DE CAMPO, agosto, 2018; 2019). Neste sentido, convites a vereadores e deputados para as feiras e demais ações da LIBERSOL se tornaram estratégias para fortalecer a captação de recursos humanos e financeiros.

6 Ações de construção de conhecimento e a congregação de novos agentes e empreendimentos na LIBERSOL

Conforme já exposto, conceituada por Gadotti (2009) e Singer (2002), a Economia Solidária é forma distinta de organização das relações sociais e de trabalho, pautada na autogestão, solidariedade, no respeito ao ser humano e ao meio ambiente, a qual exige, para sua prática, uma ampla e constante base formativa.



As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias (GADOTTI, 2009, p.33).

A proposta social advinda da Economia Solidária, a qual transborda o âmbito do trabalho e habita pela cooperação amplos aspectos das relações sociais, exige ações de construção de conhecimento e de subjetividades voltadas a edificar uma nova cultura, marcada pela solidariedade. Gadotti (2009, p.35) reitera que a "...educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente".

A partir da experiência, a LIBERSOL constatou a necessidade de ações permanentes de construção de conhecimento na interface entre Saúde Mental e Economia Solidária. Neste sentido, cursos e eventos científicos se tornaram pautas permanentes da LIBERSOL e a configuração destes encontros vem sendo amadurecida constantemente.

A LIBERSOL, desta forma, vem organizando seus esforços para a promoção de, ao mínimo, um curso e um evento científico por semestre. Esta vem se afirmando uma estratégia bastante potente para promover a construção de conhecimento aplicado e para a proliferação de grupos de geração de trabalho e renda (DIÁRIO DE CAMPO, 2018; 2019).

Os cursos da LIBERSOL vêm sendo organizados de maneira orgânica às ações da rede (DIÁRIO DE CAMPO, setembro, 2018; outubro, 2018; abril, 2019; junho, 2019; setembro de 2019). Dentro dos cursos, conteúdos sobre a Economia Solidária, seus princípios e funcionamentos estruturais, aliam-se a conteúdo da Saúde Mental, os



quais versam sobre as premissas do campo e ressaltam as necessidades de construção de práticas de inclusão social pelo trabalho.

Os cursos, entretanto, vêm transbordando a linguagem acadêmica tradicional e conteudista, no sentido de se configurar como encontro comunitário para a edificação de parcerias e ações voltadas a inclusão pelo trabalho. Neste sentido, os cursos também apresentam como um de seus objetivos mobilizar os presentes a organizar, na realidade de seus serviços, empreendimentos solidários. Como conteúdo programático, o curso também prevê carga horária para participação nas feiras promovidas pela LIBERSOL e em suas reuniões.

Desta forma, o curso passou a se tornar uma das portas de entrada para a LIBERSOL e uma profícua estratégia de captação de recursos humanos. Aos profissionais, desde o início do curso, é lançado o desafio (e proposta a parceria) de mobilizar usuários de seus serviços para que, ao final do curso, exponham e comercializem seus produtos e serviços em uma das feiras da LIBERSOL. A potência ainda é maximizada quando se dá a presença de usuários / trabalhadores ou possíveis trabalhadores dos empreendimentos solidários (o que não vem sendo raro) nos cursos (DIÁRIO DE CAMPO, setembro, 2018; outubro, 2018; abril, 2019; junho, 2019; setembro de 2019).

Diferentes empreendimentos solidários presentes na rede LIBERSOL foram estruturados a partir desta estratégia. A LIBERSOL, até mesmo, passou a promover, a partir dos cursos de abril e maio de 2019, um jantar solidário, com adesão voluntária, no desfecho dos cursos para promover a confraternização entre seus participantes e os membros da LIBERSOL, o que, para além, vem proporcionando suporte aos empreendimentos de culinária para a geração de trabalho e renda.

Os cursos vêm abordando, ainda, algumas estratégias de captação de recursos, alinhadas com as ações da LIBERSOL. A partir destas provocações, observou-se sucesso na conquista de financiamento de



projetos, fruto do trabalho comprometido de diferentes agentes vinculados aos empreendimentos solidários, o que vem fortalecendo sua prosperidade (DIÁRIO DE CAMPO, julho, 2019).

Alguns dos cursos realizados, também, são frutos de projetos em desenvolvimento que contam, para sua execução, com recursos para pagamento de seus ministrantes (DIÁRIO DE CAMPO, abril, 2019; maio, 2019). Nestes casos, parte dos recursos também foi destinada para pagar aulas realizadas por alguns dos trabalhadores dos empreendimentos em situação de vulnerabilidade social e trabalhadores da rede pública de Saúde Mental. Esta estratégia, para além da qualificação das ações de construção de conhecimento, que agora contam, na figura de ministrantes, com profissionais da saúde executores das ações e profissionais dos empreendimentos solidários, usuários dos serviços de Saúde Mental, possibilita também a agregação de valor financeiro e social, o que fortalece, ainda mais, a fabricação artesanal do sentido que conduz à adesão às iniciativas LIBERSOL (DIÁRIO DE CAMPO, abril, 2019; maio, 2019).

Os eventos científicos dos quais a LIBERSOL é promotora, por sua vez, apresentam pautas permanentes de Economia Solidária e procuram estabelecer momentos dialógicos entre os presentes, culminando na assunção de compromissos mútuos para fortalecer a Economia Solidária e seus empreendimentos. Os eventos, ainda, vêm sendo sempre vinculados a feiras de Economia Solidária da LIBERSOL, proporcionando aos presentes a visualização pragmática dos ideais da Economia Solidária e das ações de inclusão social propostas pela LIBERSOL (DIÁRIO DE CAMPO, maio, 2017; junho, 2017; junho, 2018; novembro, 2018).

Tais estratégias vêm possibilitando a ampliação gradual da participação de variados agentes sociais na rede LIBERSOL.



7 A Rede LIBERSOL: entre políticas públicas, sustentabilidade e apoio comunitário

Em diferentes reuniões da LIBERSOL, uma pauta frequentemente apresentada por seus participantes foi a questão da sustentabilidade de suas ações. Embora a rede tenha conquistado uma estrutura para a realização das feiras, enquanto espaço de comércio e encontro comunitário, sua manutenção foi apontada em diversas ocasiões como uma preocupação transversal entre seus membros.

E se, por exemplo, as barracas sofressem, em seu uso, algum dano? Como dar continuidade imediata às ações? Constatou-se pelo coletivo, assim, a necessidade de mobilização contínua de captação de recursos em formatos diversos.

Os membros da LIBERSOL, logo, optaram por realizar uma pequena contribuição financeira a cada feira para a constituição de um fundo solidário da rede, com a possibilidade de isenção de empreendimentos mais fragilizados. Neste sentido, esta estratégia vem possibilitando, gradualmente, o acúmulo de um recurso financeiro, com destino democraticamente estabelecido pelos membros da LIBERSOL, voltado a manter sua estrutura para as feiras e sua divulgação, assim como para dar suporte à edificação de novos empreendimentos que incluam pessoas em vulnerabilidade social.

Santos et al. (2017) relata que tal dificuldade já foi vivenciada pela Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, que constituiu até mesmo uma comissão reservada a acompanhar as contribuições a seu fundo Rotativo.

Comissão do Fundo Rotativo Solidário da Rede: é responsável pela coleta, controle e armazenamento dos recursos do Fundo. Não tem poder de decisão sobre como deve ser utilizado o Fundo, devendo seguir as determinações da Reunião Mensal da Rede. É composto por representantes das regiões que se candidatam – mínimo 3 pessoas. É eleita e renovada anualmente. Se reúne mensalmente (SANTOS et al., 2017, p.57).



Contudo, o recurso é bastante simbólico e, para o crescimento da rede, ainda estratégias de captação de recursos por meio de outras fontes se fazem imprescindíveis. Neste sentido, Schiochet (2009) ressalta a necessidade de políticas públicas que promovam a Economia Solidária e deem suporte para a prosperidade de seus empreendimentos e de suas redes.

Variadas legislações, como é o caso da política municipal de fomento à Economia Popular Solidária de Curitiba, regulamentada pela lei n. 14.786/16, prevê como uma das funções do poder executivo municipal em seu artigo 7º: “II - incentivar e viabilizar linhas de crédito especiais, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas à realidade dos trabalhadores da economia popular e solidária.” (CURITIBA, 2016).

Embora legislativamente previsto, tal crédito, contudo, ainda não apresenta qualquer pragmática no município, o que compromete o fortalecimento dos empreendimentos solidários e minimiza a possibilidade da Economia Solidária em gerar trabalho e renda.

8 Considerações finais

A pesquisa realizada, pautada na aproximação metodológica da pesquisa-ação, demonstrou a potência da configuração de redes locais de Economia Solidária para a construção dialógica de ações intersetoriais diversas voltadas a proporcionar inclusão social pelo trabalho. Como já ressaltado por Martins, Oliani e Riffel (2017) e Pinho et al. (2014), tal congregação de forças inquestionavelmente proporciona a elaboração de ações compartilhadas que se sobrevelem das possibilidades e competências de cada membro e instituição presentes.

A Universidade Pública, neste cenário, afirma sua grande contribuição como *lócus* para agregar os variados membros da comunidade e para articular, por meio de seus pilares ensino-pesquisa-



extensão, as diferentes ações construídas e desenvolvidas de maneira parceira entre os membros de redes de Economia Solidária.

Para a constituição, manutenção e expansão das redes de Economia Solidária se procurou ressaltar aqui a necessidade da tessitura de ações premeditadas, sistemáticas e organizadas. Contudo, tais ações devem ser permeáveis aos (re)arranjos próprios ao processo vital e às potências territoriais. Neste trabalho, puderam ser apresentadas algumas das possibilidades da configuração de tal empreitada, advinda, neste caso, da experiência da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana (LIBERSOL).

Neste sentido, é lançado continuamente aos agentes sociais vinculados à Economia Solidária o desafio da análise das potencialidades e fragilidades locorregionais, de suas instituições e parceiros, para elaborar um plano estruturado de ações que promova o fortalecimento dos empreendimentos solidários.

Cabe ressaltar, por outro lado, a importância das Redes de Economia Solidária para mobilizar forças que venham a influenciar a composição e execução de políticas públicas que garantam prosperidade aos empreendimentos solidários. Tal pauta, a ser tratada em momento vindouro, compõe outro dos eixos de trabalho da LIBERSOL: a incidência política.

Ainda, é importante sublinhar a complexidade do tema aqui proposto: a captação e a utilização estratégica de recursos humanos e/ou financeiros. Tal empreitada exige, por um lado, um grande investimento e disposição afetiva ao propor desbravar campos desconhecidos, por vezes burocráticos e cheios de amarras, e, por outro, a criatividade e a gestão estratégica das diferentes pessoas que compõem as redes, cada qual com suas competências e disponibilidades singulares.



Aos que advogam pela construção de um mundo pautado pela solidariedade, esses são alguns dos compromissos que se apresentam, convocatórias para a ação.

Referências

- ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Rede de Economia Solidária: estrutura do modelo organizacional e sua relação com as instituições sociais. In: HECKERT, Sonia Maria R. **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 177 – 198.
- ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel. Raízes e prática de economia solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, 2009, p. 587–603.
- ALVES, Jean C. M.; MEIRELES, Maria Eugênia E. F. Gestão de resíduos: as possibilidades de construção de uma rede solidária entre associações de catadores de materiais recicláveis. **Sistemas & Gestão**, Ouro Preto, v. 8, 2013, p. 56–66.
- AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, 2018, p. 2067–2074.
- ANDRADE, Marcia C. [et al.]. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 1, 2013, p. 174–191.
- AZEVEDO, Thaís; DIMENSTEIN, Magda. O Acompanhamento Terapêutico no cuidado em Saúde Mental. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2008, p. 658–671.
- BAPTISTA, Tatiana W. Dde F. [et al.]. As emendas parlamentares no orçamento federal da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, 2012, p. 2267-2279.
- BARRETO, Raquel de O.; LOPES, Fernanda T.; PAULA, Ana P. P. de. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2014, p. 41.
- BRASIL. **Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/departamento/nucleo/CComs/doc/Sm%20e%20economia%20solid%20ria.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BRASIL. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BRASIL. **Portaria nº 132, de 26 de janeiro de 2012**. Brasil, 2012. Disponível em:



http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0132_26_01_2012.html. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Portaria de Consolidação nº 3, de 03 de outubro de 2017.**

Brasil, 2017a. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017**, 2017b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CAMPOS, Ioneide de O. [et al.]. Saúde Mental e Economia Solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, 2015, p. 411–415.

COSTA, Bianca A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, Viçosa, v. 2, n. 2, 2013, p. 17–34.

CURITIBA. **Lei nº 14.786 de 23 de fevereiro de 2016**. Brasil, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2016/1478/14786/lei-ordinaria-n-14786-2016-institui-a-politica-municipal-de-fomento-a-economia-popular-solidaria-e-cria-o-conselho-municipal-de-economia-popular-solidaria>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DAL MAGRO, Márcia L. P.; COUTINHO, Maria C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, 2008, p. 703–711.

DIONNE, Hugues; THIOLENT, Michel. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro, 2007. v. 16.

FERRO, Luís F. Grupo de convivência em saúde mental: intersectorialidade e trabalho em rede. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 23, n. 3, 2015, p. 485–498.

FERRO, Luís F. [et al.]. Acompanhamento terapêutico em saúde mental: estrutura, possibilidades e desafios para a prática no SUS. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 24, n. 1, 2018, p. 66–74.

FERRO, Luís F.; CARDOSO, Monica de M.; LOUREIRO, Morgana B. Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 1, 2015, p. 101–16.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de; CUNHA, Eduardo V. da. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 51, 2014, p. 725–747.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.



GLEIZER, Marcos A. **Espinosa e a afetividade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LIBERSOL. **Site da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana**. Disponível em: www.libersol.org. Acesso em: 29 jun. 2020.

LIMA, José R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economia - Revista latinoamericana de Economia Social y Solidaria**, Montevideo, v. 10, n. 18, 2016, p. 3-17.

MACEDO, João Paulo et al. A regionalização da saúde mental e os novos desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Saude e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 2, 2017, p. 155-70.

MARTINS, Leila A. S.; OLIANI, Fabiana da S.; RIFFEL, Cristiane M. **Tecendo redes de solidariedade** - uma aposta de fortalecimento da economia solidária na região da Foz do Rio Itajaí/SC. Florianópolis: Insular, 2017.

PARANÁ. **Lei 19.784, de 20 de Dezembro de 2018**. Brasil, 2018. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19784-2018-parana-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: As relações entre executivo e legislativo na elaboração do orçamento Brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2020.

PINHO, Kátia L. R. [et al.]. **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta: Gráfica e Editora, 2014.

QUINDERÉ, Paulo H. D.; JORGE, Maria Salete B.; FRANCO, Túlio B. Rede de Atenção Psicossocial: qual o lugar da saúde mental? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2014, p. 253-271.

RUFINO, Sandra. Redes de Cooperação Solidárias na contribuição do desenvolvimento local: A Economia Solidária em questão. XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003. **Anais...** Ouro Preto, 2002. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/enegep2003_tr0706_0590.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

SANTIAGO, Eneida; YASUI, Sílvio. Saúde Mental e Economia Solidária: cartografias do seu discurso político. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 27, n. 3, 2015, p. 700-11.

SANTOS, Sadora C. dos [et al.]. **Cooperativismo e Associativismo Social: trabalho coletivo que transforma vidas**. São Paulo: Instituto Integra para o Desenvolvimento, 2017.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Lei nº 1.591, de 19 de agosto de 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp->



content/uploads/2014/02/Lei-1591-2010-Institui-a-Economia-Solidária.pdf>.Acesso em: 29 jun. 2020.

SCARCELLI, Ianni. **O movimento antimanicomial ea rede substitutiva em saúde mental:** a experiência do município de São Paulo 1989-1992. 1998. 149 f.Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho**, Brasília, v. 40, 2009, p. 55–59.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho e emprego. **Economia Solidária e políticas públicas**, Goiânia, v. 39, 2009, p. 43–8.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005, p. 443–466.